

## Como “veem” os cegos: uma análise sobre o universo sensorial na cegueira representado pelo Jornal Nacional<sup>1</sup>

Marcello Pereira MACHADO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### RESUMO

Este artigo envolve os estudos de comunicação e identidades ao analisar a representação midiática do universo sensorial de deficientes visuais no principal noticiário televisivo brasileiro. Foram avaliadas 12 matérias exibidas pelo Jornal Nacional (JN, Rede Globo) entre fevereiro e dezembro de 2011. Apresentam-se assuntos como deficiência visual, identidades, representação, estigma, TV, telejornalismo e sentidos. Verificou-se que a audição e o tato foram, na ausência da visão, os sentidos mais evocados em matérias sobre cegos exibidas pelo JN em 2011. O olfato e o paladar não foram representados nas reportagens analisadas. A deficiência visual esteve associada à música em parte das notícias. Em alguns momentos, passou-se a ideia de que é possível “ver” sem a visão. Conclui-se que é possível avançar na inclusão social e midiática de deficientes.

**PALAVRAS-CHAVE:** deficiência; inclusão; representação; sentidos; telejornalismo.

### 1. Introdução

“(…) *um cego não sabe o olho são / sabe só que seu olhar acaba / dentro de si, sem chave que o abra (...)*”. Esse conjunto de versos integra o poema *Guia*, do professor Marcus Vinicius (2004, p. 21). O autor poetiza acerca de uma cegueira simbólica, em que “o não ver é igual ao ver como se não visse” (ibidem, p. 7). Sob essa perspectiva, pode-se ponderar que, em uma sociedade que por vezes (super)valoriza o visual, a privação da vista nem sempre é bem compreendida, e os cegos são, com frequência, ignorados, marginalizados, excluídos de práticas e processos sociais. A proposta deste artigo é, então, permitir uma compreensão mais aprofundada sobre as particularidades do universo da deficiência visual, bem como sobre a representação telejornalística do universo dos sentidos na cegueira.

A incapacidade de ver mediante a perda ou a ausência da percepção dos estímulos visuais atinge uma parcela expressiva da população mundial: aproximadamente 45 milhões de pessoas, podendo alcançar 75 milhões até 2020 (PASCARETTA JÚNIOR, 2008). No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, pelo Censo de 2010, que existem em torno de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (24% da população nacional) — a deficiência visual despontou como a de maior incidência no

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Telejornalismo do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Faculdade de Comunicação-UFJF. Email: marcelloacesso@yahoo.com.br.

País, havendo cerca de 6,5 milhões de deficientes visuais, entre totalmente cegos (528 mil) e com baixa visão (6 milhões).

Nos capítulos seguintes, o artigo apresenta uma abordagem sócio-histórica e midiática da deficiência visual e explicita o universo sensorial na falta a visão. Além disso, faz apontamentos sobre televisão e telejornalismo e empreende uma análise empírica, avaliando 12 matérias veiculadas pelo Jornal Nacional (TV Globo) entre fevereiro e dezembro de 2011, com alusão à deficiência visual e/ou a cegos. O objetivo é identificar quais sentidos são evidenciados na abordagem da cegueira e como tal representação é conduzida nas reportagens. Permeiam o estudo assuntos relevantes, como identidade, estigma, marginalização, cidadania e inclusão.

## **2. Deficiência visual, representação e identidades: uma abordagem social e midiática**

Historicamente, percebe-se que a sociedade, nas mais variadas culturas, passou por distintas fases no que diz respeito às práticas sociais, como observa a jornalista Carminha Soares (2009, p. 31). Em relação às pessoas deficientes, “começou praticando o extermínio e a exclusão social. Em seguida, desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições. E, num processo longo, passou a lutar pela integração e, posteriormente, pela inclusão social” (idem).

Somente no fim do século XX, a partir da década de 1980, observa-se um movimento mais intenso que tende a valorizar pessoas com deficiência e a integrá-las no meio social. Os professores João Franco e Tércia Dias distinguem integração e inclusão, mencionando (2005, p. 5) que o princípio filosófico/ideológico que norteou a definição e as práticas de integração foi o da normalização. Já a partir da década de 1990, passou a vigorar a chamada era da inclusão, “em que as exigências não se referem apenas ao direito da pessoa com deficiência à integração social, mas sim, ao dever da sociedade, como um todo, de se adaptar às diferenças individuais” (idem).

Para a professora Luciana Marques (2001, p. 53), o cenário atual é realmente marcado por ações de inclusão social, em que “o sujeito com deficiência passa a dividir a cena com os sujeitos sem deficiência, coabitando os diversos espaços sociais.” Não raramente, porém, corpos deficientes são “marcados”, facilmente identificados e estigmatizados. O sociólogo Erving Goffman observa (1982, p. 5) que a sociedade define os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais.

Sobre a questão identitária, o teórico Stuart Hall considera (2000, p. 8) que as identidades modernas estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas, como algo que

muda conforme o modo “como o sujeito é interpelado ou representado” (ibidem, p. 21). A professora Maria Cristina Brandão salienta (2007, p. 6) que a identidade é um trabalho de criação nosso, de maneira que todos já nascemos com uma identidade própria, de gênero (masculino ou feminino). “Já as demais identidades (cultural, religiosa, etc.), as chamadas identidades subjetivas, são totalmente flexíveis, pois podem ser facilmente influenciadas” (ibidem, p. 7). Como Brandão pondera, a mídia conforma a identidade, oferecendo modelos do que entenda ser homem ou mulher, jovem ou velho, desejável ou desprezível.

Segundo a jornalista Kelly Scoralick (2009, p. 194), “quando dividimos o mundo entre *nós* e *eles*, passamos a classificar. Onde existe a diferenciação estabelecida pela identidade e diferença, está presente o poder de incluir ou excluir” (grifos da autora). De acordo com Goffman (1985, p. 29), representação é toda atividade individual que se passa na presença contínua de um grupo particular de observadores e que tem alguma influência sobre eles. Nessa perspectiva, para Kelly (op. cit., p. 196), grupos marginalizados são frequentemente representados de forma estereotipada na mídia, que, muitas vezes, reproduz representações com as quais a sociedade esteja familiarizada e evita propor mudanças.

### **3. O universo sensorial na cegueira**

Abordando a percepção e a comunicação por meio dos sentidos, os professores Monica Rector e Aluizio Ramos Trinta sintetizam (1995, p. 33) que a realidade consiste na “forma como percebemos o mundo que nos cerca”. Segundo os autores (ibidem, p. 40), os sentidos humanos servem efetivamente à comunicação social, integrando toda “comunicação do corpo”. Sobre a visão, observam (ibidem, p. 37) que existem distintos usos sociais para o olhar e que ela é tida como o mais “racional” dos sentidos (ibidem, p. 40), além de permitir, ao lado da audição, uma percepção à distância (ibidem, p. 43). Por sua vez, o tato, o paladar e o olfato são sentidos de proximidade (idem). “O homem é o único animal que estabelece uma hierarquia entre seus cinco sentidos. A visão e a audição têm sido bastante exploradas e estudadas. Já o olfato, o tato e o paladar são tidos como sentidos de importância secundária” (ibidem, p. 46-47).

Em termos fisiológicos, o professor João Vicente Oliveira destaca (1999, p. 1) que, no mínimo, 4/5 das impressões que temos do mundo chegam-nos por meio dos olhos. “A superioridade visual é, pois, incontestável no que tange às possibilidades de adquirir conhecimentos acerca do mundo que nos cerca” (idem). Lucia Maria Monteiro compara (2011, p. 6) que a visão é imediata e globalizadora, ao passo que o tato, por exemplo, apesar de também ser imediato, é sequencial. A professora trata, ainda, de uma perspectiva teórica

ligada à ideia de Compensação Sensorial: para a autora (ibidem, p. 4), trata-se de “uma falsa ideia de que a privação de um sentido possa ser compensada” (idem). Ela acredita (ibidem, p. 9) que não há uma maneira de substituir o sentido da visão, mas, sim, uma elaboração de novas formas de utilização dos sentidos remanescentes; de fato, a perda da visão implica um processo de recriação da cognição, transformando-se, por exemplo, acoplamentos visuo-motores em tátil-motores, ainda que certos conhecimentos não possam ser aproveitados.

As educadoras Sylvia Santin e Joyce Simmons exemplificam (ibidem, p. 5) que um grande edifício é percebido de modo diferente por cegos e videntes (não cegos). Os deficientes visuais podem observar a textura (áspera e estriada, por exemplo), a maleabilidade (dura), o som (tráfego, pessoas caminhando e conversando) e o olfato (argamassa, madeira); já para um vidente, a experiência do mesmo edifício é basicamente visual, focada em aspectos como tamanho, formato e cor.

Realmente, o tato é um dos sentidos de que mais se servem os cegos, sendo, de acordo com o professor José Espínola Veiga (1983), fundamental para a formação mental deles e para evitar o verbalismo em excesso, o qual lhes dá o saber, mas não tanto o sentir. Para o autor (1983, p. 29), todos — cegos ou não — desejam tocar as coisas para melhor senti-las ou para ratificar as certezas geradas pelos outros sentidos. Rector e Trinta mencionam (op. cit., p. 41) o estudo da comunicação pelo tato (tacésica). “A criança, por exemplo, começa a conhecer o mundo pelo tato; mas, à medida que cresce, seu mundo tátil tende a estreitar-se” (idem). O exercício da comunicação tátil se efetua pelo toque (mão, braço), pelas apalpadelas, pelos abraços e pelos beijos, mas “sempre obediente a convenções sociais, a padrões culturais” (idem).

A fim de desfazer algumas dúvidas e mitos, Veiga diferencia (op. cit., p.29-30) tato e visão de forma clara: enquanto a vista contenta-se com perspectivas, desenhos e traçados de duas dimensões que sugerem um conjunto do mundo externo, o tato não possibilita tal reconhecimento sígnico. “Só as miniaturas com as três dimensões, com a rugosidade ou a maciez inerentes à coisa miniaturizada, interessa, realmente, à inspeção tátil do cego” (ibidem, p. 30). A diferença dos dois sentidos também é pontuada pelos pesquisadores Virgínia Kastrup, Filipe Carijó e Maria Clara de Almeida (2008). Eles exemplificam que um cego tardio, isto é, com cegueira adquirida (não congênita), não pode voltar a dirigir um carro, uma vez que, nesse caso, o tato não é capaz de substituir a visão com eficiência, por serem modalidades sensoriais com características distintas. “Qualidades como a cor, por

exemplo, não são acessíveis ao tato. A visão, por sua vez, não tem acesso a qualidades como a temperatura” (2008, p. 7).

Outro mito envolvendo o tato é o de que ele dá conta de compreender o belo do mesmo modo que a visão. Veiga elucida (op. cit., p. 31) que, ao cego, pode agradar a maciez da pele, por exemplo, tal qual a de um veludo; mas o deficiente visual de nascença, que não teve possibilidade de acumular imagens do belo, não terá a noção de bonito ou feio advinda pela visão.

Talvez um dos mitos mais persistentes seja o de que o cego tem, necessariamente, bom ouvido. Veiga combate essa “balela recorrente” (ibidem, p. 33), afirmando que o deficiente visual serve-se mais do ouvido que qualquer outra pessoa, o que dá a impressão de que tem um ouvido melhor, mais potente e até sobrenatural. Conforme apresentado anteriormente, quando se abordou a Teoria da Compensação Sensorial, o professor ratifica que a acuidade auditiva não melhora necessariamente com o maior uso do ouvido, apesar de reconhecer a importância da audição, por vezes mais abrangente e usada que a própria visão. “(...) depois do tato, o ouvido é o sentido que mais concorre para a integração do cego neste mundo” (ibidem, p. 33). Entende-se, assim, que o cego rejeita menos e, conseqüentemente, aproveita melhor as impressões auditivas, por já ser privado das visuais.

Para Rector e Trinta (op. cit., p. 39), a audição (‘ouvir’) e a fonação (‘falar’) são comportamentos humanos relacionados. O ouvido humano tem a função de perceber e analisar pressões acústicas, referentes ao som, a sua altura, seu timbre, sua duração e sua intensidade (ibidem, p. 39-40). “Se a visão é tida como o mais ‘racional’ dos sentidos, é possível que seja a audição o mais ‘sensível’” (ibidem, p. 40).

Outro sentido bastante utilizado pelos desprovidos de visão é o olfato. Afinal, os odores do local por onde passa podem ajudá-los em sua locomoção sem guia. Veiga defende (ibidem, p. 36) que a própria beleza do ambiente pode adentrar à imaginação do cego pelo olfato, já que o aroma de flores e ou de terra molhada, por exemplo, desperta-lhe sensações de prazer, alegria e até de beleza. Essa “linguagem do cheiro”, olfativa, é uma forma de comunicação constituída por sinais químicos, como informam Rector e Trinta (op. cit., p. 46). “Se para os animais o cheiro é uma forma básica de comunicação, para o homem é aparentemente acessório” (idem). O paladar, por fim, é um dos sentidos mais aguçados (ibidem, p. 45), através do qual “chegam a nós prazeres íntimos” (ibidem, p. 44). “O gosto é uma parte intrínseca do nosso ser” (idem), mas requer, segundo os autores, aprendizagem e condicionamento cultural, tal qual os outros sentidos.

#### 4. Televisão e telejornalismo: considerações relevantes

O professor Aluizio Trinta enfatiza (2011a, p. 1) que a televisão — como dispositivo técnico/tecnológico, meio de comunicação e instrumento de representação — favorece a proposição de modelos de identidades socioculturalmente constituídas, podendo influenciar padrões de comportamento, usos, hábitos e costumes. O veículo televisivo passou, assim, de canal e de meio à ambiência (ibidem, p. 5). “Estar (aí) é ser (agora) na TV; ser (então) é estar (presente) na TV” (2011b, p. 5). O professor Guillermo Orozco Gómez pondera (1996, p. 33) que a TV é um meio técnico de produção e transmissão de informação e uma instituição social, produtora de significados; como meio técnico, tem alto grau de poder de representação, produto de suas possibilidades eletrônicas para a apropriação e a transmissão de seus conteúdos.

Na condição de produto televisivo, o telejornal busca sensibilizar telespectadores, podendo provocar-lhes reações, reflexões e emoções. Avaliando se existe vida fora da televisão, o jornalista Ciro Marcondes Filho pontua (2002, p. 79) que o gênero telejornalístico é o mais importante em termos de noticiário de TV e a melhor síntese do formato televisivo. Nesse contexto, os telejornais converteram-se numa espécie de praça pública (esfera pública mediatizada), num território simbólico em que diferentes grupos sociais experimentam (ou não) sentimentos de cidadania e pertencimento social, de modo que laços sociais dispersos geograficamente podem ser celebrados diante de tais noticiários, como acentuam as professoras Iluska Coutinho e Christina Musse (*In: VIZEU; PORCELLO; COUTINHO, 2009*).

De acordo com a jornalista Olga Curado (2002, p. 15), o telejornal integra a programação televisiva brasileira atendendo a uma determinação legal e oferecendo informações ao público. O editor-chefe do Jornal Nacional (JN, da Rede Globo), William Bonner assevera (2009, p. 17) que o objetivo do JN é mostrar o que de mais importante aconteceu no País e no mundo, com isenção, pluralidade, clareza e correção.

Segundo os pesquisadores Alfredo Vizeu e José Carlos Correia (*In: VIZEU, 2008, p. 12*), o telejornalismo representa um “lugar de referência” para os brasileiros. De fato, como aponta o professor Flávio Porcello (ibidem, p. 50), para 40% da população nacional, a TV é a única fonte de informação (segundo dados de 2002). As políticas de identidade deveriam, então, ter destaque no telejornalismo, na concepção da jornalista Kelly Scoralick (2009, p. 196). “Afinal, é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (idem).

## 5. Análise empírica: o universo dos sentidos na cegueira em matérias do JN

O noticiário aqui estudado é o Jornal Nacional, lançado em 1º de setembro de 1969 como o primeiro telejornal brasileiro de exibição simultânea, em rede e ao vivo. A Rede Globo continua sendo a maior emissora de televisão do Brasil, estando entre as quatro maiores redes televisivas do mundo, e o JN, o telejornal de maior audiência do País. Numa análise empírica, pesquisaram-se, no arquivo de vídeos *online* do Jornal Nacional ([www.globo.com/jn](http://www.globo.com/jn)), matérias jornalísticas que fizessem referência à deficiência visual e/ou aos cegos, sendo identificadas, ao todo, 16, no ano de 2011. Para o presente trabalho, foram selecionados 12 VTs (videoteipes, as matérias editadas e prontas para exibição) veiculados no ano passado, para que se observassem como e quais sentidos seriam destacados em face da ausência da visão.

Na edição de 3 de fevereiro do JN, foi publicada uma matéria com duração de 2 minutos e 28 segundos<sup>3</sup>, sobre o projeto “Carnaval paulistano — só não vê quem não quer”, criado pela Prefeitura de São Paulo para incluir cegos no Carnaval. Semanas antes do desfile, grupos de deficientes visuais foram recebidos em quadras das escolas de samba para participarem dos ensaios. Logo após a repórter Neide Duarte ter iniciado seu *off* (narração da matéria coberta por imagens, sem a aparição do jornalista no vídeo), uma jovem com deficiência visual diz: “O tecido *parece um tecido brilhante*” (grifo meu). Focalizando a imagem da fantasia, a câmera confirma, visualmente, que a impressão da entrevistada estava correta. Apalpando o adereço enquanto dava seu depoimento, percebe-se que o tato foi o sentido pelo qual ela inferiu sobre o “brilho” do mencionado tecido.

Em outra parte do *off*, a repórter ressalta: “Na quadra da escola, uma aula para *identificar o som* de cada instrumento”. Aqui, a audição desponta como sentido que permite “identificar o som” dos instrumentos musicais. Neide Duarte prossegue: “Dona Arlene conseguiu um professor especial: aprende *a tocar caixa* com o ritmista Tubarão. Ele perdeu a visão há seis anos, mas não *o lugar na bateria*” — a capacidade auditiva vem à tona novamente, acompanhada pela ideia de habilidade musical.

Depois de informar que “o auxiliar administrativo Fabiano Martins quer saber como se comportar no desfile e quis vestir a fantasia”, o personagem afirma: “Na minha cabeça tem uns prédios, um helicóptero.” Possivelmente, também pelo tato, ele conseguiu identificar tais formas no adereço.

---

<sup>3</sup> Os tempos de duração informados aqui incluem o VT, a “cabeça” (texto de abertura dos âncoras em estúdio) e, quando houver, “nota-pé” (texto de encerramento enunciado pelos apresentadores).

Outro cego ouvido foi Diego, que dançava com a princesa da bateria. Após ganhar um abraço da sambista, confidencia: “*Eu não sabia da beleza dela*, depois que eu descobri, maravilhoso”. Questionado sobre como descobrira, revela: “*Na hora que eu peguei nas mãos dela*, deu pra sentir a delicadeza das mãos, o gingado” — o tato, por meio do toque, possibilitou o conhecimento da beleza feminina. É interessante notar que, de fato, para o deficiente visual, a noção de beleza é diferente da de um vidente (pessoa com visão), conforme apresentado anteriormente, na seção teórica. Após a fala da repórter de que “a beleza de Joice encantou todo mundo”, a entrevistada Giovana expressa, ao tocar a cabeça da passista: “Nossa, que cabelo lindo!” A ideia de cabelo bonito advém do tato novamente, capaz de reconhecer o tamanho e a sedosidade dos fios, por exemplo.

Por fim, Neide Duarte ressalta: “Giovana é cantora lírica e se sentiu à vontade *junto com a bateria da escola*. Os outros cegos, *inspirados pelo ritmo*, entraram no clima e fizeram da quadra o espaço da Apoteose” — nas entrelinhas, observa-se a atuação da audição. A fala do tecnólogo Airton Rio Branco encerra o VT de maneira significativa: “No meu imaginário, *eu estou vendo tudo, sentindo tudo*, e com detalhe: *nessa vez interagindo*.” Pondera-se que a ausência da visão parece não ter impedido a integração e a inclusão dos deficientes, bem como as percepções diversas (especialmente, audíveis e táteis) que eles tiveram na quadra.

No JN de 10 de março, a matéria de fechamento do noticiário, com 2 minutos e 32 segundos de duração, abordou o Museu da Pessoa com Deficiência, também chamado Memorial da Inclusão, criado para preservar a memória da luta dos deficientes por seus direitos, desde 1981, Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). Curiosamente, o VT tem início com dois deficientes visuais apalpando objetos e tentando identificá-los. Somente as mãos, tateando, são enfocadas pela câmera, indicando a proeminência do tato naquele instante.

Durante sua narração em *off*, Neide Duarte descreve: “*Caminhos sinalizados, informações em Braille*<sup>4</sup>, *áudio para substituir a leitura*: essas são algumas conquistas reunidas no Memorial da Inclusão.” Nesse trecho, o tato e a audição sobressaem, ora para “ler” os pontos em relevo da escrita em Braille, ora para ouvir o texto em áudio. A repórter acrescenta: “É uma oportunidade rara. [O radialista] Beto *pode dizer que viu* uma obra de

---

<sup>4</sup> O Braille é um processo de leitura e escrita em relevo, proposto por Louis Braille em 1829. O código é composto por 63 sinais; cada sinal é formado por até seis pontos agrupados em duas filas verticais e justapostas de até três pontos cada. Além de letras, simples e acentuadas, o sistema permite representar pontuações, números, notas musicais e símbolos matemáticos, químicos e físicos, por exemplo.

Portinari.” O personagem Beto conclui, enquanto apalpa detalhes da imagem “Santo Antônio” (como o tecido e o crucifixo): “Uma réplica perfeita! Eu *consigo sentir os tecidos, o crucifixo*. Eu *já li* muito sobre Cândido Portinari, mas ter contato com a obra em si, *esse contato tátil é algo que emociona*.” Novamente, a percepção do cego por intermédio do tato é acentuada (e até comparada à visão), tanto como forma de acesso à informação e ao conhecimento, quanto como veículo para a emoção.

Na edição de 11 de abril, o JN exibiu uma matéria com duração de 2 minutos e 45 segundos, sobre os 65 anos de atuação da Fundação Dorina Nowill em prol dos deficientes visuais. O repórter Alan Severiano apresenta o advogado Marcelo Panico, que ficou cego aos 33 anos de idade, devido ao rompimento das veias da retina. Em seu *off*, destaca: “Hoje, com a ajuda de um cão guia e de *um programa de computador*, ele [Marcelo] faz parte da equipe de advogados de uma multinacional” — o programa de computador serve de auxílio e mecanismo inclusivo, provavelmente acionando a audição. Marcelo declara: “*Eu reaprendi a fazer o que sabia de outra forma* e hoje convivo bem com esse aparato tecnológico” — fica implícito que esse (re)aprendizado envolveu uma espécie de “rearranjo” dos sentidos restantes, para que ele pudesse adaptar-se à nova condição.

O jornalista adiciona: “Além de *publicações em Braille*, tem também *livros digitais e os livros falados*. Assim, muitos *reaprendem a ler, a entender formas, a se localizar*.” O tato e a audição preponderam aqui, permitindo leitura, reaprendizado, entendimento e localização. Adiante, informa que “os bebês são estimulados para evitar atraso no desenvolvimento”. A fisioterapeuta Márcia Silva complementa: “Geralmente, eles [bebês com deficiência visual] demoram mais para engatinhar, eles demoram mais para andar. *Quando a gente estimula*, eles aprendem naturalmente. Isso vai ajudá-lo na sua expressão corporal” — esse estímulo envolve, certamente, os sentidos remanescentes na criança, marcando um desenvolvimento e um crescimento peculiares.

Em 14 de abril, foi exibida uma matéria, com 2 minutos e 8 segundos, sobre novidades que uma feira tecnológica em São Paulo trazia para pessoas deficientes. A repórter Graziela Azevedo realça: “Se os olhos não veem a história, *ela pode ser ouvida*. Uma espécie de caneta eletrônica *toca o canto da página*, e lá vem aventura”. Um garoto cego revela: “Eu *fico imaginando* ver eu na história”. Aqui, tato e audição são os sentidos evocados para conhecer uma história e, mais do que isso, se imaginar nela. É como se barreiras (propriamente visuais) fossem rompidas para incluir aqueles que não têm a visão. Posteriormente, enfatiza-se: “Quem tem baixa visão pode *aumentar as letras, mexer nas*

cores. (...) Aqui, o mais novo [aparelho]: basta botar qualquer texto, que *o equipamento fotografa e lê tudinho em voz alta*” — nesse caso, a própria visão é utilizada, por pessoas com deficiência parcial, além de, outra vez, a audição.

Já no dia 20 de abril, o telejornal divulgou uma encenação da Paixão de Cristo adaptada para pessoas com deficiência e realizada em Pernambuco. O VT tem 1 minuto e 42 segundos. O repórter Amorim Neto informa: “Pela primeira vez, as cenas do espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém *foram narradas* para 75 pessoas com problemas de visão. Equipamentos como este, usado em traduções simultâneas, foram entregues a pessoas com deficiência visual. Os aparelhos permitem a *audiodescrição de tudo que acontece* durante o espetáculo, principalmente, nos intervalos silenciosos das cenas”. O sentido da audição é enaltecido como alternativa de inclusão cultural para deficientes visuais, por meio da audiodescrição. A historiadora Marluce Cabral expressa: “Uma *emoção* muito forte e que *faz com que a gente se integre cada vez mais na sociedade*”. O uso de outro sentido permite, então, a integração social e “uma emoção muito forte”.

Em 18 de junho, o JN noticiou que o Festival de jazz reunia músicos brasileiros e estrangeiros em Paraty (RJ). Somando a participação ao vivo do jornalista com o tempo do VT, chega-se a 2 minutos e 33 segundos de duração. Naquele sábado, “os turistas puderam acompanhar uma canja inesperada”, pelo grupo Playing for Change, cuja versão de “Stand By Me” era sucesso mundial. O repórter Tiago Eltz ressalta: “Maior ícone da banda, o americano Grandpa Elliott, de 66 anos, *é cego*. (...), já tocou em grandes palcos mundo afora e hoje *se sentiu à vontade* em Paraty.” O personagem aparece cantando. Novamente, desponta uma associação entre deficiência visual e habilidade musical — como “pano de fundo”, a audição adquire proeminência.

No dia 21 de junho, o noticiário veiculou uma matéria de 2 minutos e 3 segundos sobre estudantes recebendo, no Theatro Municipal do Rio, medalha de ouro da Olimpíada Brasileira de Matemática, da qual participaram alunos da rede pública entre a 6ª série do ensino fundamental e o ensino médio. Na reportagem, o repórter André Luiz Azevedo acentua: “Entre os alunos premiados, Laura. Ela é cega desde muito pequena e estuda no interior de Minas Gerais. *A professora dela aprendeu Braille* para poder ensiná-la, e *agora Laura é medalhista de ouro*.” O aprendizado do sistema Braille envolve, especialmente, o sentido tátil e possibilitou, nesse caso, a inclusão social e a conquista de um prêmio educacional. Transmitiu-se a ideia de que a cegueira não impede o bom êxito do deficiente.

Na edição de 12 de agosto, o JN abordou o projeto Geração de Sons, que recebe apoio do programa Criança Esperança, desenvolvido pela Rede Globo em parceria com a Unesco. Ao todo, o assunto ocupou 3 minutos e 39 segundos do noticiário. O projeto social executado no sul da Bahia beneficia alunos com algum tipo de deficiência física ou mental, por meio de aulas de música. A personagem cega é apresentada pela repórter Beatriz Castro: “Rosileide, de 16 anos, é deficiente visual, mas nunca se rendeu à escuridão. Há quatro meses, ela *encontrou uma nova motivação* na música.” Mais uma vez, situa-se a deficiência visual num contexto musical, acentuado, principalmente, pela possibilidade de uso da audição no aprendizado. Não por acaso, o projeto em foco chama-se Geração de Sons. Rosileide revela: “Eu tenho muitos planos. Eu quero tocar na orquestra mesmo, quero participar da orquestra, quero um dia poder fazer faculdade de música” — fica implícita a noção de que a deficiência não anula a possibilidade de sonhar e planejar, especialmente quando os sentidos que restam são valorizados e estimulados.

Outra matéria, com 2 minutos e 24 segundos, foi ao ar em 24 de outubro, a respeito da falta de cães-guia, que dificulta a vida de brasileiros sem a visão. A reportagem do jornalista Wallace Lara tem como pano de fundo a megacidade de São Paulo. Destaca-se aqui a parte da reportagem em que se informa que o “simpático Labrador” Broke “já salvou a vida do seu dono”, o funcionário público Daniel Sisti, que relata: “Nós estávamos parados lá, em frente ao elevador, a porta abriu e eu pedi para ele entrar. Na terceira vez que ele não entrou, eu *acabei descobrindo* que o elevador não estava.” Cabe refletir que nem sempre a visão pode mesmo ser “substituída” ou “compensada” sem prejuízos; nesse caso, a ausência visual impedira que o deficiente soubesse que o elevador não havia chegado, porque os outros sentidos não puderam “captar” essa mensagem específica. Felizmente, a visão do cão guia estava-lhe disponível e o ajudou a evitar um acidente trágico.

Um campeonato no Rio de Janeiro em que crianças e adolescentes criam robôs com peças de brinquedo foi o tema do VT exibido em 5 de novembro, com 1 minuto e 53 segundos. Em um dos trechos da matéria, a repórter Lília Teles informa: “A bengala com sensores na ponta é para orientar a locomoção de deficientes visuais e surgiu pelas mãos destes cinco meninos”. O estudante Daniel Friedman, de 12 anos, elucida: “Quando a bengala se aproxima de algum obstáculo, *ela começa a apitar*.” O sentido que, nesse caso, mais ajuda os cegos na orientação e na mobilidade é a audição.

A penúltima matéria aqui analisada, de 15 de dezembro, trata do Prêmio Innovare, entregue em Brasília, com o apoio das Organizações Globo, e tem 2 minutos e 15 segundos.

Embora a deficiência visual não tenha sido o mote principal da reportagem, o assunto apareceu no VT. A repórter Cláudia Bomtempo apresenta a iniciativa da juíza federal Salise Monteiro, de Porto Alegre (RS): “Ela organizou *um centro de gravação de audiências onde os funcionários são deficientes visuais. Eles conseguiram um emprego*, e os processos ficaram mais rápidos”. Entre as imagens mostradas enquanto o *off* é narrado, estão a de cegos numa sala, sentados lado a lado, cada um de frente para seu computador; aparecem digitando o que escutam, e alguns deles usam fones de ouvido. A juíza ressalta: “A Justiça Federal abriu *um espaço de inserção social* que, até então, não havia e conseguiu, com isso, criar um *novo mercado de trabalho para os cegos*”. A audição sobressaiu como o sentido que, aqui, permitiu a inclusão social, no mercado de trabalho. Contudo, na matéria, os cegos não tiveram “voz”, ou seja, não foram entrevistados.

A última reportagem avaliada foi exibida em 27 de dezembro, com 1 minuto e 38 segundos de duração, a respeito de um aparelho criado por estudantes de engenharia em Minas Gerais, o qual pode ajudar deficientes visuais “numa atividade comum do dia-a-dia”. O local onde a reportagem se passa é Belo Horizonte. Introduzindo seu *off*, o repórter Ricardo Soares diz: “O projeto, feito a muitas mãos, nasceu de uma situação que envolvia risco de acidente.” Logo em seguida, o estudante Guilherme Camelo complementa: “Eu me deparei com uma situação onde eu vi um deficiente visual atravessando uma rua, a mais ou menos uns 200 metros, onde ele estava atravessando a rua *sem auxílio de nenhuma pessoa, apenas na audição*”. O jornalista informa que, “preso ao braço, ele [o aparelho] produz *três vibrações diferentes*, cada uma sincronizada com uma cor do sinal de trânsito”. Mais adiante, o repórter prossegue: “Para funcionar, na prática, o sistema precisa apenas da instalação de um chip como esse *no poste de semáforo*. A partir daí, a comunicação é instantânea, e o *radinho receptor* passa a ser o guia de quem não tem o sentido da visão.”

A matéria apresenta, então, a personagem: “Regina diz que uma vantagem é *não se confundir em locais barulhentos*” — uma das dificuldades que o cego encontra nas cidades, segundo o VT, é a confusão gerada pela sobreposição de sons (‘locais barulhentos’), atrapalhando-o em sua orientação nos espaços urbanos. A atleta Regina Dornelas tem “voz”: “Na maioria das vezes, *as pessoas é que não veem a gente*. A gente sente a presença deles, mas *na hora que vai pedir auxílio, o pessoal já foi*, e você fica ali. Então, isso daria pra gente uma independência muito grande” — aqui, emerge outro obstáculo comum, que não é a barreira física, mas a de atitude das pessoas (comportamental), as quais, muitas vezes, tratam os cegos com indiferença e desprezo (como se eles fossem invisíveis, por

assim dizer), reforçando a marginalização desses cidadãos. Na reportagem, além da audição, o sentido tátil é evocado (por meio das vibrações do invento no braço do cego); ambos têm, aqui, a função de ajudar o deficiente na orientação para a mobilidade, ou seja, na locomoção e, por conseguinte, na obtenção de uma maior autonomia.

## **6. Conclusão**

A conscientização e/ou a mobilização de uma sociedade midiática como a atual certamente passa(m) pelos meios de comunicação. Sendo assim, considera-se importante que (tele)jornais abordem adequadamente a questão da deficiência. Nesse sentido, o JN trouxe contribuições, na medida em que apresentou iniciativas de integração ou inclusão social e cultural de cidadãos deficientes.

Nas matérias avaliadas, a audição despontou como o sentido mais proeminente na ausência da visão: em cinco VTs ela esteve presente de forma clara ou implícita (espetáculo da Paixão de Cristo; Festival de Paraty; projeto Geração de Sons; campeonato de robôs; Prêmio Inovare) e, em outras cinco, despontou juntamente com o tato (projeto do Carnaval; Memorial da Inclusão; aniversário da Fundação Dorina Nowill; feira tecnológica em São Paulo; aparelho criado em Minas para ajudar cegos a atravessarem a rua). Por sua vez, o tato teve destaque subentendido em um VT (o da Olimpíada de Matemática), além de nos cinco vídeos mencionados, ao lado da audição. Na matéria sobre cães-guia, não se verificou realce a um sentido específico além do visual. A prevalência da audição, nas matérias em geral, talvez se deva ao mito social, muito difundido, de que os cegos tenham, naturalmente, um ouvido melhor que o dos videntes, como discutido anteriormente.

De todo modo, verifica-se que a audição e o tato foram, na ausência da visão, os dois sentidos mais evocados em matérias sobre cegos exibidas pelo JN no ano de 2011. Ambos apareceram, por vezes, como sentidos que compensariam a falta da vista e auxiliariam os deficientes na locomoção, bem com no processo de integração e/ou inclusão sociais. É conveniente notar que o olfato e o paladar não foram representados nos VTs analisados, o que, de certa forma, limita a representação de cegos operada pelo telejornal; por outro lado, como apontado na abordagem teórica, o olfato, o paladar e o tato costumam ganhar importância ou proeminência secundária, mediante a visão e a audição. Logo, a ausência do olfato e do paladar nas reportagens investigadas pode ser um reflexo dessa subestima a ambos os sentidos, que, muitas vezes, se observa, mesmo entre videntes.

Ressalta-se que a deficiência visual esteve de alguma forma associada à música em um quarto (três) das matérias. Constata-se, ainda, que, em alguns VTs, passou-se a ideia de que é possível “ver” sem a visão, ou seja, perceber e sentir elementos do mundo por intermédio dos sentidos remanescentes (como na reportagem do Carnaval e na do Museu).

Finalmente, enfatiza-se que, apesar dos avanços sociais em benefício das pessoas com deficiência de maneira geral, ainda há desconhecimento e, conseqüentemente, preconceitos com relação a essa peculiar realidade. Por isso, muitas vezes, os deficientes são marginalizados ou excluídos social, cultural e até midiaticamente; no caso dos cegos, por exemplo, pontua-se que praticamente não é oferecida, na TV brasileira, a opção da audiodescrição (narrativa oral, sucinta e objetiva com as informações relevantes de cenas, cenários, textos e imagens, que foi citada na reportagem da Paixão de Cristo e pode ser transmitida, no caso de atrações televisivas, pelo programa secundário de áudio, o SAP), beneficiando, além de deficientes visuais, os analfabetos, pessoas com dislexia ou dificuldades cognitivas que as impeçam de ler o texto no vídeo. Apesar de o Governo Federal ter anunciado a implementação gradual da audiodescrição na televisão aberta brasileira desde o dia 1º de julho de 2011, os telejornais em geral ainda não aplicam o recurso no Brasil, o que acentua a exclusão midiática de pessoas com deficiência visual.

## REFERÊNCIAS

BONNER, William. **Jornal Nacional**: modo de fazer. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

BRANDÃO, Maria Cristina. **Telenovelas e identidade**. Considerações sobre o tema reunidas para apresentação pública em 18/10/2007, do grupo de pesquisa “Comunicação, Identidade e Cidadania”, do Mestrado em Comunicação da UFJF.

CARIJÓ, Filipe Herkenhoff; ALMEIDA, Maria Clara de; KASTRUP, Virgínia. Redirecionamento visuotátil da atenção em pessoas com deficiência visual tardia. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.39, p.3-9, abr./jul. 2008.

CURADO, Olga. **A notícia na TV**: o dia-a-dia de quem faz telejornalismo. São Paulo: Alegro, 2002.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.30, p.1-9, abr./jul. 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2001.

MONTEIRO, Lucia Maria Filgueiras da Silva. Desconstruindo mitos — Compensar? Regenerar? Recuperar a visão? **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.50, dez. 2011, disponível no site [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br).

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli de. Do essencial invisível. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.14, out. 1999, disponível no site [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br).

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Televidenciando. Una perspectiva de investigación y educación de las audiencias; La audiencia frente a la televisión y la televisión frente a la audiencia (cap. 1 e 2). *In: Televisión y audiencias*. Un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones de la Torre/Universidad Iberoamericana, 1996.

PASCARETTA JÚNIOR, Vicente. **A cegueira na humanidade: do mecanismo da visão à catarata**. Recife: Linceu, 2008.

RECTOR, Monica; TRINTA, Aluizio Ramos. **Comunicação do corpo**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

SANTIN, Sylvia; SIMMONS, Joyce Nesker. Problemas das crianças portadoras de deficiência visual congênita na construção da realidade. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro: DDI, n.16, ago. 2000, disponível no site [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br).

SCORALICK, Kelly. **A representação das minorias marginalizadas no telejornalismo**. Revista de C. Humanas, vol. 9, nº 2, p. 191-203, jul./dez. 2009.

SOARES, Carminha. **A inclusão social e a mídia: um único olhar**. São Paulo: Cortez, 2009.

TRINTA, Aluizio Ramos. **Introduzindo a à televisão**. Considerações sobre o tema reunidas para aula em 14/04/2011 (a), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

\_\_\_\_\_. **Mito e ideologia na TV: a dimensão televisiva**. Considerações sobre o tema reunidas para aula em 26/05/2011 (b), na disciplina “Televisão e Identidade Cultural”, do Mestrado em Comunicação da UFJF-MG.

VEIGA, José Espínola. **O que é ser cego**. Rio de Janeiro: J Olympio, 1983.

VINICIUS, Marcus. **Manual de instruções para cegos**. Rio de Janeiro: 7Letras; Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs.). **40 anos de telejornalismo em rede nacional: olhares críticos**. Florianópolis: Insular, 2009.